

# TRABALHO PRECÁRIO E SOFRIMENTO PSÍQUICO: REFLEXOS DOS INTERESSES ANTAGÔNICOS DA RELAÇÃO ENTRE O CAPITAL E O TRABALHADOR

Viviane Oliveira Lopes de Souza<sup>1</sup>

## Resumo

Este estudo buscou analisar a relação entre precarização do trabalho e sofrimento psíquico e os efeitos dessa relação na construção da subjetividade do trabalhador, tomando por referência um estudo realizado com trabalhadores terceirizados de uma Instituição Federal de Ensino. A pesquisa descreve a percepção desses trabalhadores quanto à sua condição de trabalho e a relação com o mesmo. A análise qualitativa do estudo baseou-se no conteúdo obtido das entrevistas, considerando-se aspectos da amostra e contrapondo o resultado obtido com referenciais teóricas que abordam a temática. Concluiu-se que os trabalhadores terceirizados possuem um comportamento naturalizado diante das situações precárias que enfrentam nas suas relações de trabalho e criam defesas contra o sofrimento enfrentado no trabalho. As estratégias de defesa são sutis, podendo levar à interpretação de um comportamento normal. Quanto à subjetividade, os trabalhadores pesquisados apresentam uma subjetividade fabricada e modelada para atender aos interesses capitalísticos. Não percebemos sinais de autoanálise ou reflexão da situação a que estão submetidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Precarização. Trabalho. Sofrimento psíquico. Subjetividade

---

<sup>1</sup> Universidade Candido Mendes – Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade  
Psicóloga do Instituto Federal Fluminense – Viviane.souza@iff.edu.br

## **Introdução**

O objetivo deste trabalho é apresentar a relação existente entre trabalho precário e sofrimento psíquico na construção da subjetividade do trabalhador, reflexo da evolução histórica dos conflitos sociais e econômicos entre os interesses antagônicos do capital e trabalhadores. A discussão sobre o trabalho é colocada em pauta neste artigo devido à sua centralidade e importância para a subsistência e a sociabilidade humana.

Segundo Ricardo Antunes (1999), o trabalho é ontologicamente essencial e fundante da existência humana.

O aprofundamento dos conflitos sociais nos centros urbanos é um dos focos de tensão que afetam diretamente a qualidade de vida da população. Problemas como a dificuldade e o custo para conseguir moradia, a qualidade da mobilidade urbana e dos serviços públicos e, principalmente, a precarização do trabalho são questões cada vez mais frequentes na realidade dos centros urbanos. Contudo, como declara Souza (2009 p. 16), "...os reais conflitos sociais que causam dor, sofrimento e humilhação cotidiana para dezenas de milhões de brasileiros são tornados literalmente invisíveis". Esse estudo justifica-se pelo fato de, ao se pensar em Desenvolvimento Urbano, em aglomerados urbanos, ser inevitável deixar de fora as relações de trabalho, já que tal é inerente à vida humana, e também por ser o trabalhador o lado mais frágil desse conflito sobre a lógica perversa do capitalismo.

## **2. Breve Histórico das Relações de Trabalho**

Os conflitos ocorridos no mundo do trabalho são causados basicamente pela divergência de interesses entre as classes sociais. Considerando-se que a sociedade capitalista é dividida em classes sociais, como já dizia Karl Marx, é esperado que essas classes tenham interesses tão diferentes. Esse antagonismo é fundamental para se pensar na permanente luta de classes caracterizada na obra marxiana, tendo nos conflitos históricos das relações trabalhistas a sua manifestação, uma vez que esses são decorrentes das relações sociais de produção características do sistema capitalista.

Enquanto o operário visa a melhores salários e condições de trabalho, os empresários visam ao aumento do lucro e à expansão de suas empresas.

O período industrial, desde seu primórdio, já apresentava essa dicotomia: de um lado, o capitalista, aquele que detém os meios de produção, e, do outro, o indivíduo desprovido destes meios, não tendo como reproduzir sua existência. O capitalista, por sua vez, adquiria força de trabalho, vendida pelo indivíduo, como forma de dar continuidade à produção de outras mercadorias, o que, sendo valor de troca, permite crescer seu capital.

Ao capitalista, o que lhe interessa é ampliar a mais-valia e o faz, por exemplo, por meio da extensão da jornada de trabalho. Chamada de exploração extensiva. Sendo essa limitada pelo tempo que o indivíduo pode trabalhar, surge ao capitalista a necessidade de buscar formas de aumentar a produção das mercadorias mesmo com menos horas de trabalho. Chamada de mais-valia relativa, onde a especialização do trabalhador em uma única tarefa entra em cena.

Esse parcelamento progressivo do trabalho em suas operações simplificando a ação de cada um, possibilita a massificação da produção, mas subtrai as possibilidades de identificação do trabalhador com o produto de seu trabalho. Trata-se de uma alienação do trabalho por meio da monotonia proposta e da excessiva simplificação.

O trabalhador não possui os modos de produção, não tem controle sobre o produto nem sobre o processo de trabalho e, portanto, é suprimido do seu saber fazer e das possibilidades de identificação com a tarefa e com o produto. (MARX 1975 apud ZANELLI 2004).

Diante dessa situação, o trabalho é transformado em mercadoria pelo capitalismo emergente, tornando-se um instrumento econômico, o qual valia tanto mais quanto era capaz de aumentar os rendimentos do detentor do capital.

Durante esse período, os trabalhadores enfrentavam condições subumanas de trabalho, o que pode ser muito bem captado mediante os estudos de autores como Marx e Engels. E uma das formas pela qual os trabalhadores conseguiram reagir àquelas condições descritas pelos autores foi se organizando politicamente. Percebemos claramente que “A história do desenvolvimento capitalista é também a

história de resistência dos trabalhadores”. (ZANELLI, 2004, p. 32). E como exemplos da luta do proletariado para impor limite à exploração capitalista, temos os embates em torno da regulamentação da jornada de trabalho nas leis fabris da segunda metade do século XIX.

Ao mesmo tempo que vemos um trabalhador resistindo à exploração, sabemos que a exploração dificilmente pode ser superada, pois é parte intrínseca do regime capitalista, e este caracteriza-se por tomar a produção da mais-valia com finalidade direta e determinante da produção. Para Marx, o trabalhador é submetido à exploração por meio de condições materiais e sociais, às quais não lhe oferecem outra oportunidade de sobrevivência. Percebemos ainda em Marx que ele apresenta um trabalhador subtraído das possibilidades de identificação com o produto de seu trabalho. Uma concepção da força de trabalho como mercadoria da alienação do trabalho.

Pode-se apontar que os primeiros movimentos de resistência dos trabalhadores entre os séculos XVIII e XIX tinham por motivação a dificuldade de adaptação a esse novo modelo de produção – agora industrial –, uma vez que os indivíduos ainda estavam ligados a outro contexto de maior liberdade e autonomia quanto às práticas de trabalho.

Ainda no século XIX, surgem novas formas de gerenciar o trabalho e as empresas, o que leva à elaboração de uma sustentação científica para a concepção e organização do trabalho: a chamada “Administração Científica”, tendo como seus principais defensores Taylor e Fayol.

### **3. Modelos de Produção**

As teorias de Taylor e Fayol se complementavam, e a forma radical com que suas ideias foram aplicadas levaram a uma coisificação, tanto do trabalho como do trabalhador, que passou a ser mais uma peça na grande engrenagem da produção.

A história registra, no entanto, uma significativa resistência operária ao fordismo, uma vez que os trabalhadores sentiram a perda de seu *savoir-faire* e sentiram o peso de um trabalho puramente mecanizado, rotinizado, gerando um alto índice de absenteísmo, aumento de paralisações e sabotagens. Em contraposição, houve considerável aumento de salário para amenizar temporariamente os problemas com a força de trabalho. (NAVARRO, 2007).

No início dos anos 70, o modelo taylorista-fordista começa a dar sinais de esgotamento. Mas é a partir dos anos 1980 que se observa o movimento conhecido como reestruturação produtiva. Em um cenário de maior competitividade, as empresas, visando à redução dos custos de produção, à maior variabilidade e qualidade de suas mercadorias, investiram em mudanças de ordem tecnológica e organizacionais, que repercutiram negativamente nas relações e condições de trabalho.

Novas formas de organização do trabalho mais flexíveis, alternativas ao taylorismo-fordismo considerado muito rígido, emergiram em várias partes do mundo, mesclando, fundindo-se ou mesmo superando as anteriormente predominantes (ANTUNES, 1995 apud NAVARRO 2007).

O taylorismo e o fordismo passam a conviver ou mesmo a serem substituídos por outros modelos considerados mais enxutos e flexíveis, como o modelo Toyotista, melhor adequado às novas exigências capitalistas de um mercado cada vez mais globalizado.

As empresas que adotaram os princípios da *lean production*, segundo Gorz, (2004) passaram a empregar apenas operários jovens, sem passado sindical, a eles sendo impostos um contrato de trabalho de total submissão e comprometimento à empresa, onde nunca deviam fazer greve e nem aderirem a sindicatos, ou seja, “[...] operários despojados de sua identidade de classe, de seu lugar na sociedade e de seu pertencimento à sociedade global.” (GORZ 2004 pág. 47).

Segundo Souza (2010), “[...]O que está em jogo no capitalismo flexível é transformar a rebeldia secular da força de trabalho em completa obediência ou, mais ainda, em ativa mobilização total do exército de soldados do capital [...]”.

Gorz (2004) afirma que essa obediência é alcançada por meio de uma dominação do capital, e que ela não pode exercer-se diretamente sobre o trabalho por coerções hierárquicas, pois ela só acontece por vias indiretas. “É preciso que aconteça uma incorporação da dimensão simbólica do capitalismo”. (SOUZA 2010).

Deve deslocar-se da fábrica e tomar a forma de um condicionamento que conduz o sujeito a aceitar ou a escolher ele próprio exatamente isto que se trata de impor-lhe. A fábrica, o local de trabalho, deixam então de ser o principal terreno do conflito central. A frente de batalha estará ali onde a informação, a linguagem, o modo de vida, o gosto, a moda, e que são produzidos e modelados pelas forças do capital, do comércio, do Estado, da mídia; ali onde, dito de outro modo, a subjetividade, “a identidade” dos indivíduos, seus valores, as imagens que fazem de si mesmos e do mundo são perpetuamente estruturadas, fabricadas, moldadas. (GORZ 2004 p.53).

No modelo pós-fordista, temos um discurso de defesa de um trabalho onde há autonomia e identificação ao trabalho, contudo, esse mesmo trabalho tem por efeito e função reduzir drasticamente o volume do emprego, a massa dos salários distribuídos, ou seja, levar a ápices nunca antes atingidos a taxa de exploração.

A indústria pós-fordista é a ponta de lança de uma transformação profunda que abole o trabalho, abole o assalariamento e tende a reduzir a 2% a parte da população ativa que assegura a totalidade da produção material. Apresentar como fonte essencial da autonomia, da identidade e do desenvolvimento de todos um trabalho cuja função é fazer com que haja cada vez menos trabalho e salários para todos é algo absolutamente insano. (GORZ 2004 p.58).

#### **4. Trabalho Precário**

O trabalho precário, aquele que não possui seguridade social ou vínculos estáveis, sempre foi uma característica estrutural de sociedades como a brasileira. “Desde que a sociedade do trabalho moderna se instaura no Brasil, na era Vargas, o que experienciamos é a inclusão parcial das classes populares no sistema formal de trabalho” (MACIEL, 2014). Parcial, porque uma parte da sociedade sempre permaneceu excluída da possibilidade de acesso ao trabalho formal e digno.

Castel (2004) confirma essa tendência quando nos fala da crise, no início dos anos 70. Segundo o autor, a situação se mostrou como muito mais do que uma crise, pois de uma crise é possível sair, enquanto que desta situação, não parecia tão evidente que houvesse alguma saída. Ele aborda a estrutura que vinculava

proteções fortes ao trabalho, assegurando uma estabilidade ao conjunto da sociedade, a sociedade salarial. E como esta estrutura enfrentou mudanças como a precarização, que se tornou o grande fenômeno que atinge as situações de trabalho como solução na ordem do mercado e efeito da globalização.

Precarizar significa tornar o trabalho de uma qualidade inferior. Essa degradação pode ser verificada em vários setores e condições de trabalho. Há precarização das condições salariais – se o seu salário perde para a inflação ano a ano, está sendo precarizado. Há a precarização dos contratos, que ocorre no Brasil principalmente a partir dos anos 90, e que é a contratação sem garantia de direitos e benefícios trabalhistas. Um exemplo bem próximo a nós é o do pessoal da limpeza. Ainda hoje, muitos desses trabalhadores não recebem férias. Há, ainda, a precarização das condições de trabalho, que diz respeito às condições materiais e ambientais do trabalho. E também podemos usar esse termo nos referindo a quanto esforço e energia um trabalhador dedica à sua atividade laboral. Então, a precarização, como se vê, aplica-se a vários domínios diferenciados.

Harvey (1992), apresenta a desvalorização como característica do modo capitalista de produção. Desvalorização de mercadorias, da capacidade produtiva, do valor do dinheiro e da força de trabalho. A força de trabalho pode ser desvalorizada e até destruída pelas taxas crescentes de exploração, queda da renda real, desemprego, mais mortes no trabalho, piora da saúde e menor expectativa de vida.

Há muitos exemplos e abundantes provas de desvalorização como resposta à superacumulação a partir de 1973. Mas a desvalorização tem um alto preço político e atinge amplos segmentos da classe capitalista, da classe trabalhadora e das várias outras classes sociais que formam a complexa sociedade capitalista moderna. Uma certa sacudidela pode parecer uma boa coisa, mas as falências descontroladas e a desvalorização maciça expõem o lado irracional da racionalidade capitalista de uma maneira demasiado brutal para serem sustentadas por muito tempo sem produzir algum tipo de resposta revolucionária (de direita ou de esquerda). Contudo, a desvalorização controlada através de políticas deflacionárias administradas é uma opção muito importante e de modo algum incomum para lidar com a superacumulação. (HARVEY, 1992).

Castel (2004) também apresenta como configuração da nova sociedade salarial o condicionamento por processos de internacionalização do mercado, a mundialização, as exigências crescentes da concorrência e da competitividade,

passando o trabalho a ser o alvo principal de dois tipos de redução dos custos. Minimizar o preço da força de trabalho e, ao mesmo tempo, maximizar sua eficácia produtiva.

E a flexibilização é a palavra-chave que traduz essas exigências, flexibilidade interna à empresa que impõe a adaptabilidade da mão de obra a essas situações novas e que, evidentemente, expulsa os que não são capazes de se prestar a essas novas regras do jogo. (CASTEL, 2004. p. 247).

E na flexibilidade externa que as empresas encontram o caminho para a subcontratação de parte das tarefas e em geral, em condições mais precárias, menos protegidas e com menos direitos.

Trata-se, portanto, de uma destrutividade que se expressa intensamente quando descarta, tornando ainda mais supérflua, parcela significativa da força mundial de trabalho, onde milhões encontram-se realizando trabalhos parciais, precarizados, na informalidade ou desempregados. Isso porque na eliminação/utilização dos resíduos da produção, o capital desemprega cada vez mais trabalho estável, substituindo-os por trabalhos precarizados, que se encontram em enorme expansão no mundo agrário, industrial e de serviços, bem como nas múltiplas interconexões existentes entre eles, como na agroindústria, nos serviços industriais ou na indústria de serviços. A eclosão generalizada do desemprego estrutural em escala transnacional é a expressão-limite mais aguda e trágica dessa destrutividade presente no mundo do trabalho. (ANTUNES, 2011, p. 408).

Castel (2004) aponta como grande desafio hoje essa instabilidade do emprego, talvez até mais grave que o desemprego, pois a precarização do trabalho alimenta o desemprego e faz com que essa situação do trabalho se torne cada vez mais frágil, forçando as pessoas a estarem em uma condição de vulnerabilidade.

A externalização permite ao capitalismo restabelecer para uma parte crescente dos ativos as condições sociais que prevaleciam no início do século XIX: os “contratados”, temporários, sazonais e outros precários são comparáveis aos tarefeiros empregados de modo intermitente, conforme a demanda, e aos quais a empresa não deve nem previdência social, nem feriados pagos, nem indenizações de dispensa, nem formação. Ao cabo da lógica das internalizações abre-se a perspectiva da abolição do próprio assalariamento, agora denominado “pós-assalariamento”: permite concluir a “flexibilização”, tornando a remuneração do trabalho livremente negociável entre a empresa e cada um de seus prestadores de trabalhos individuais. Tarifas convencionais, salário-mínimo legal deixam de contar, só vale a lei do mercado e a relação de forças entre a empresa e a pessoa dita “independente”, cuja prestação será comprada em virtude de um acordo comercial. (GORZ 2004 p.61).



Segundo Castel (2004), há uma remercantilização completa do trabalho ou o triunfo do mercado, ou seja, “não apenas de uma sociedade do mercado...mas de uma sociedade que se torna mercado, inteiramente atravessada pelas leis do mercado”, o que seria um triunfo da globalização. “Quanto menos trabalho há para todos mais a duração do trabalho tende a aumentar para cada um”. (GORZ 2004). Pois, os trabalhadores autônomos aceitam trabalhar a preços e condições que os assalariados julgariam inaceitáveis.

O desemprego, de fato, rebaixa o nível das remunerações e o rebaixamento das remunerações incita os ativos a trabalharem mais horas para compensar o que lhes falta. O que tem por efeito acentuar o rebaixamento das remunerações. (GORZ 2004 p. 62).

Para Souza (2010), o processo de modernização brasileiro constitui não apenas as novas classes sociais modernas que se apropriam de formas diferenciadas dos capitais cultural e econômico. “Ele constitui também uma classe inteira de indivíduos não só sem capital cultural nem econômico, ... mas, desprovida, ... das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação”.

Souza define essa classe social como a “ralé” brasileira, com o objetivo de chamar a atenção para a realidade da sociedade do País, a qual é vítima de abandono social e político de toda uma classe de pessoas precarizadas e que se reproduzem há gerações enquanto tal. Esse abandono é consentido por toda a sociedade, pois essa classe é esquecida e só é lembrada nos debates públicos como um conjunto de pessoas carentes ou perigosas, deixando à margem questões como a violência, problemas com os instrumentos urbanos e o combate à fome. Enfim, situações que são vivenciadas por essas pessoas.

## **5. Construção da Subjetividade**

Guattari (2010), em sua obra, relata que a subjetividade decorreria de uma construção e modelação que se dá no registro do social. Nessa modelação e produção, está compreendido tudo o que se dá no campo do social, as relações e vivências na família, na escola, no ambiente privado e doméstico. Segundo Guattari, a “produção da subjetividade constitui matéria-prima de toda e qualquer produção”.

Seria a ideia “de uma subjetividade de natureza industrial, maquínica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida.”

Para Guattari, a cultura teria um grande papel nessa produção da subjetividade, pois, enquanto esfera autônoma, só existe em nível dos mercados de poder, dos mercados econômicos, e não em nível da produção, da criação e do consumo real. A cultura é a responsável pela sujeição da subjetividade, pois a cultura não é apenas uma transmissão de informação cultural ou uma transmissão de sistemas de modelização, mas é também uma maneira de as elites capitalísticas exporem um mercado geral de poder.

Souza (2010) pontua que o mundo neoliberal se materializa humanamente, todos os dias, a partir do momento em que transforma o cotidiano, as emoções, os sentimentos, os sonhos e as esperanças das pessoas comuns.

“Porque é quando as mudanças ganham a “alma” e o “corpo” de homens e mulheres comuns que estamos lidando verdadeiramente com mudanças efetivas da sociedade, da política e da economia.” Ou seja, o neoliberalismo por meio da cultura cotidiana se apossa da subjetividade das pessoas.

O que caracteriza os modos de produção capitalísticos é que eles não funcionam unicamente nos registros dos valores de troca, valores que são da ordem do capital, das semióticas monetárias ou dos modos de funcionamento. Eles funcionam também através de um modo de controle da subjetivação, que se chamaria de “cultura de equivalência” [...]. Desse ponto de vista o capital funciona de modo complementar à cultura enquanto conceito de equivalência: o capital ocupa-se da sujeição econômica, e a cultura, da sujeição subjetiva. (GUATTARI, 2010, p.21).

Conforme Guattari (2010), é a cultura de massa um elemento fundamental na produção da subjetividade capitalística, pois, ela produz: “indivíduos normalizados, articulados uns aos outros segundo sistemas hierárquicos, sistemas de valores, sistemas de submissão”. Não somente uma subjetividade de indivíduos, mas uma produção de subjetividade social, a qual se pode encontrar em todos os níveis de produção e de consumo. Uma subjetividade inconsciente. Porém, de acordo com Guattari (2010), é possível desenvolver modos de subjetivação singulares, chamado por ele de “processos de singularização”, os quais seriam uma maneira de recusar os modos de manipulação e telecomando e construção de modos de sensibilidade, de criatividade que produzam uma subjetividade singular.

Entendemos que este “espírito” ou “violência simbólica” que justifica a acumulação econômica acontece mediante captura e modelação da subjetividade do trabalhador, transformando-a em um objeto gerando a reprodução de uma força estranhada.

Com a dificuldade em construir uma subjetividade singular/autêntica devido a alienação/estranhamento vivida principalmente pelos trabalhadores precarizados, eles são impedidos de vivenciarem uma vida dotada de algum sentido.

Dejours (1993) vai relatar que a atividade profissional não é apenas um modo de ganhar a vida, é uma forma de inserção social, em que aspectos psíquicos e físicos estão fortemente implicados.

A impressão que temos é a de que o trabalhador entregou os pontos na luta contra o poderio do capital, já não há lutas de classes, ou sindicais, e a subjetividade sendo produzida capitalísticamente. Desse ponto de vista, só resta ao trabalhador desenvolver estratégias defensivas a fim de amenizar o sofrimento psíquico resultante dessa relação.

## **6. Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa desenvolvida a partir da utilização de entrevistas semiestruturadas, constituídas por perguntas abertas e fechadas, apresentadas a trabalhadores terceirizados de uma Instituição de Ensino do interior do Estado do Rio de Janeiro.

A pesquisa é qualitativa e utilizou o procedimento da entrevista; o número de entrevistados foi de 10% do total de terceirizados de cada setor da Instituição.

Foram entrevistados 11 servidores terceirizados de um total de 65 trabalhadores. A amostra foi selecionada aleatoriamente, com representantes dos diversos setores da Instituição, nos quais atuam servidores terceirizados.

Encontramos algumas dificuldades em obter dados sistematizados dos terceirizados. Todo o trabalho de contabilizar o número de terceirizados, quantos por setor e quais são esses setores teve que ser levantado por entrevistas com os

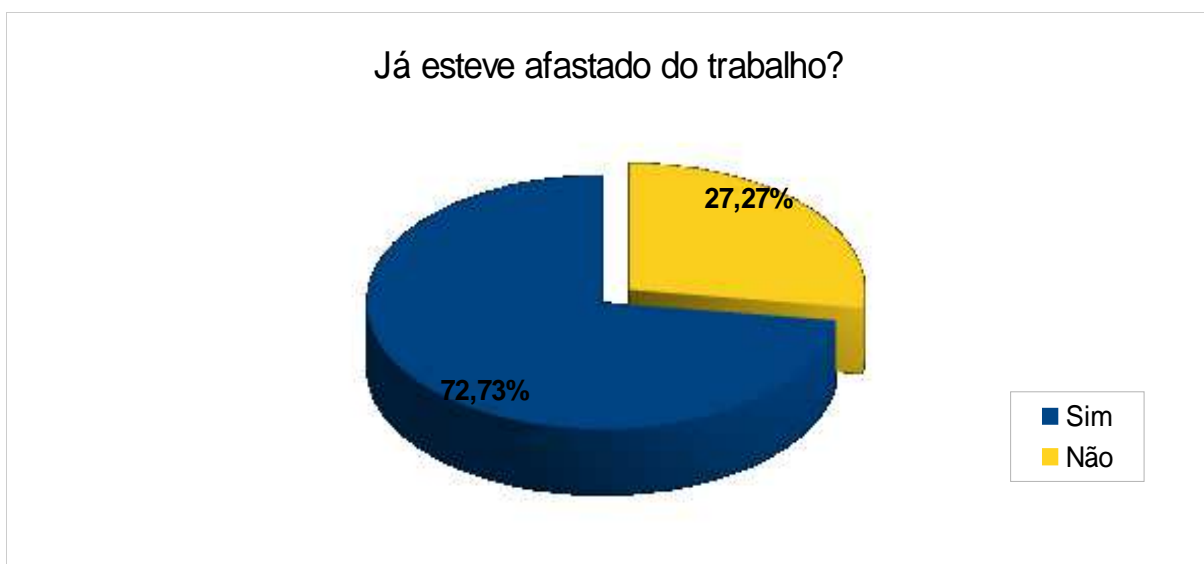
responsáveis.

A análise dos dados coletados foi efetuada com base na análise do discurso de Bardin (2011). Os dados foram apurados e categorizados para análise de conteúdo do tipo categorial, seguindo a temática do sofrimento mental dos trabalhadores apresentados por Dejours (1992), e os resultados mostrados em forma de textos e quadros resumitivos.

O roteiro de entrevistas foi dividido em três eixos temáticos: 1) Perfil dos trabalhadores; 2) relações com o trabalho; e 3) sofrimento e prazer.

## 7. Resultados:

Uma das perguntas do eixo 2 era se o trabalhador já tinha estado afastado alguma vez do trabalho. Em conformidade com o que o Gráfico 1 evidencia, 72,73% dos trabalhadores já estiveram afastados em alguma ocasião e 27,27% declararam que nunca estiveram afastados do trabalho.



**Gráfico 1:** Já esteve afastado do trabalho em alguma ocasião?  
**Fonte:** Elaborado pelo autor (2016).

Quanto ao motivo pelo qual estiveram afastados, a maioria se afastou por motivo de doença (36,36%), sendo que 18,18% das trabalhadoras se afastaram por

licença-maternidade, 18,18% nunca adoeceram, e 18,18% trabalharam mesmo doentes, sem se afastarem do trabalho. Não é expressivo o número de trabalhadores afastados por motivo de acidente de trabalho (9,09%). Dos que se afastaram, o número de dias de afastamento esteve na média de três dias e quando questionados se o número de dias em que estiveram afastados foi o suficiente para sua recuperação, 63,64% disseram que sim e 9,09% disseram que não; 27,27% são os que nunca se afastaram.

Todos os trabalhadores pesquisados relataram que se sentem satisfeitos em relação ao seu trabalho conforme Tabela 1.

**Tabela 1:** Satisfação no trabalho

Sente satisfação em seu trabalho?	
Sim	11
Não	0

Fonte: Elaborado pelo autor ((2016) dados da pesquisa de relações com o trabalho)

Destacamos a pergunta sobre a autoavaliação nas condições físicas, emocionais e mentais relacionadas ao trabalho.

**Tabela 2:** Autoavaliação da condição física, emocional e mental

Autoavaliação da condição, física, emocional e mental					
Física		Emocional		Mental	
boa	81,82%	boa	81,82%	boa	90,91%
ruim	18,18%	ruim	18,18%	ruim	9,09%

Fonte: Elaborado pelo Autor (dados da pesquisa de relações com o trabalho)

Todos os trabalhadores entrevistados declararam que sentem prazer em seu trabalho, contudo quando indagados de como seria para eles o trabalho ideal, respostas como: a) um ambiente onde as pessoas se colocassem no lugar umas das outras; b) não mexessem em nada que pertence aos outros; c) um trabalho onde houvesse democracia; d) trabalho na estufa de plantas (com satisfação no que

faz/identificação com a tarefa); e) um trabalho que fosse estável; f) com melhores condições financeiras; e g) um trabalho administrativo (lugar onde houvesse identificação com a tarefa).

Quando perguntados sobre o que seria mais importante para eles: dinheiro ou reconhecimento, todos os entrevistados mencionaram que o reconhecimento é mais importante do que o dinheiro, e 45,45% disseram que os dois são importantes e se complementam. Nenhum entrevistado declarou que o dinheiro vem em primeiro lugar.

A pesquisa abordou também se os trabalhadores já sofreram algum tipo de humilhação no trabalho: 72,73% dos entrevistados declararam que nunca sofreram nenhuma humilhação no trabalho e 27,27% declararam que já sofreram humilhação “por parte dos colegas”, “a pessoa falou de forma ofensiva”.

## **8. Discussão dos resultados:**

Um dos fatos que nos chama a atenção é quando correlacionamos os dados sobre tempo de serviço dos trabalhadores com o fato de já terem se afastado ou não. A maior parte (45,45%) possui entre três e seis anos trabalhando na Instituição, sendo que 27,27% tem entre seis e dez anos de trabalho, 18,18%, entre dez e 15 anos de serviços prestados, e 9,09, entre um e três anos de trabalho. Percebemos que a rotatividade não é grande, mas o que nos impressiona é um trabalhador que, por exemplo, está há dez anos na Instituição sem ter se afastado nem sequer um dia.

Um outro dado relevante à nossa análise está no percentual de 27,27% de trabalhadores que, mesmo com vários anos de trabalho, nunca estiveram afastados do trabalho, já que 18,18% declara que trabalha mesmo doente.

Neste ponto, pode-se observar por meio das entrevistas uma certa dificuldade dos trabalhadores em falar sobre doença e sofrimento. Como se fosse vergonhoso ou até mesmo motivo de fraqueza o adoecimento, tanto que alguns pesquisados declaram: “Quando eu tive dengue, eu vim trabalhar mesmo assim”, “Evito tirar atestado, porque chefe nunca gosta que o funcionário falte ao trabalho”.

Devido à falta de trabalho das cidades interioranas, as condições precárias de trabalho estão por toda parte, levando os trabalhadores pesquisados a acharem que tiraram a sorte grande por estarem contratados. “É melhor do que trabalhar em casa de família”, “Aqui o pagamento não atrasa”, “Tem horário para chegar e para sair e também folgas nos fins de semana e feriado”. Chegam até a sentirem um certo grau de estabilidade. “Já estou aqui há mais de dez anos”. E não percebem fatos como: as baixas na carteira de trabalho para diminuir o tempo de serviço; as mudanças de empresa contratante; o não recebimento de alguns direitos como insalubridade, auxílio-alimentação ou auxílio-transporte.

### **Conclusão:**

Por esta investigação, foi possível observar que os trabalhadores pesquisados possuem um comportamento naturalizado diante das situações precárias que enfrentam nas suas relações de trabalho.

Homens e mulheres criam defesas contra o sofrimento enfrentado no trabalho. As estratégias de defesa podem ser sutis ou cheias de diversidade e inventividade. Também podem apresentar uma armadilha que pode se fechar sobre os que, graças a elas, conseguem suportar o sofrimento sem se abater.

Mesmo o que consideramos como comportamento normal, ou seja, sem sofrimento psíquico, deve, na verdade, ser interpretado como o resultado de uma composição entre o sofrimento e a luta (individual e coletiva) contra o sofrimento no trabalho. A normalidade não implica ausência de sofrimento e sim o resultado alcançado na dura luta contra a desestabilização psíquica provocada pelas pressões do trabalho.

Todos os trabalhadores estão sujeitos à tal realidade, pois a precariedade não atinge somente alguns trabalhadores. Ela tem grandes consequências para a vivência e conduta dos que trabalham.

A precarização se apresenta como uma nova forma de dominação, de manipulação a que estão submetidos os trabalhadores, levando-os a viverem

constantemente com medo. Esse medo passa a ser permanente e gera condutas de obediência e de submissão.

Percebemos esse medo permeando o grupo de trabalhadores pesquisado. Medo de participar da pesquisa e receber algum tipo de futura retaliação da chefia. Medo de expor suas reais experiências, medo de se dar conta de sua real condição e sofrimento, preferindo a postura passiva.

Quanto à construção da subjetividade, percebemos o que Guattari registra. Que a modelação da subjetividade se dá no campo do social e que, segundo ele, a “produção da subjetividade constitui matéria-prima de toda e qualquer produção”. Seria a ideia “de uma subjetividade de natureza industrial, maquínica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida.”

Os trabalhadores pesquisados apresentam essa subjetividade fabricada e modelada para atender aos interesses capitalísticos. Não percebemos sinais de autoanálise ou reflexão da situação a que estão submetidos, nenhum questionamento de suas reais necessidades ou desejos. Pelo contrário, o que percebemos foi um comportamento de submissão, passividade e docilidade.

A construção da subjetividade dos trabalhadores é totalmente comprometida pela situação a que estão sujeitos, mas não é só devido a esse fator, pois é na cultura, na família, no cotidiano que se dá a construção da subjetividade. Ou seja, os trabalhadores já são moldados pela cultura muito antes de chegarem ao mercado de trabalho. Contudo, o que pode parecer total submissão do trabalhador diante dos conflitos sociais e econômicos atuais, do sofrimento psíquico, causado pelas relações com o trabalho, acreditamos ser uma estratégia defensiva contra a desestabilização psíquica, através de uma dura luta.

### **Referências Bibliográficas:**

Antunes, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. (org.) **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular 2004.



\_\_\_\_\_. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Revista Serviço social e sociedade**, São Paulo, n.107, p. 405-419 jul-set. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n107/02.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2016.

\_\_\_\_\_. ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, Vol.25, n.87, p. 335-351, maio/agosto. 2004. . Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2016.

CASTEL, R. As transformações da questão social. In: \_\_\_\_\_. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2004, pp. 235-264.

CRUZ, J. L. V. da. Emprego, crescimento e desenvolvimento econômico: notas sobre um caso regional. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v.29, n.1, p.28-39, jan-abr, 2003. Disponível em: <<http://www.puro.uff.br/sites/default/files/user52/emprego%20norte%20fluminense.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2016

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. **A banalização da Injustiça Social**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GORZ, A. **Misérias do presente, riqueza do possível**. São Paulo: Annablume, 2004.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 10. Ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2010.

HARVEY, D. "Teorizando a transição". In: \_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992, p. 163-174.

MACIEL, F. **A nova sociedade mundial do trabalho**: para além de centro e periferia? São Paulo: Annablume, 2014.

\_\_\_\_\_. Precária sociedade mundial do trabalho. **Revista Política Democrática**. Brasília-DF, v.4, n.40, p.95-103, dez; 2014. Disponível em: <<http://www.politicademocratica.com.br/wp-content/uploads/2015/06/pd40.pdf>>. Acesso em: 15 jan 2016.

\_\_\_\_\_. O trabalho que (in)dignifica o homem. In:\_\_\_\_\_ **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: UFMG, 2009. P.241-280

RIBEIRO, Paulo Silvino. **Conflitos e precarização no mundo do trabalho.** Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/conflitos-precarizacao-no-mundo-trabalho.htm>>. Acesso em 21 de julho de 2016.

NAVARRO, V. L.; PADILHA, V. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Revista Psicologia e sociedade**, São Paulo, v.19, p.1-7, 2007. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea04.pdf>>. Acesso em: 14 mar 2016.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 19-57.

\_\_\_\_\_. **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: UFMG, 2009.

ZANELLI, J. C. (org.), BORGES, A. J. E (org), BASTOS, A. V. B (org). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil.** Porto Alegre: Artmed, 2004